

## A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO REAL COMO POLÍTICA PÚBLICA DE COMBATE À INFLAÇÃO

**Douglas Souza Guedes\***

Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC),  
dsouzaguedes@gmail.com

**Neuza Maria de Siqueira Nunes\***

Mestra em Economia Empresarial, Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC),  
neuzamsnunes@gmail.com

**Juliana da Silva Gomes\***

Pós-Graduação em Direito Público pela FAMESC  
gomesju@hotmail.com

**Artur de Siqueira Nunes Reis\***

Pós-Graduação em Direito Público pela FAMESC  
artursnr@gmail.com

### Resumo

O presente trabalho tem como objetivo definir o conceito de inflação, analisando as causas do aumento do processo inflacionário, bem como as políticas públicas de combate à inflação pelo Plano Real. Para tanto, será feito um levantamento de bibliografia e de revisão documental especializada, apresentando a relação existente entre a desigualdade e a inflação. Após décadas convivendo com o problema da inflação foi elaborado o Plano Real, que aliado a uma série de políticas públicas obteve grande êxito na solução dos problemas referentes aos altos índices inflacionários. Conclui-se que com a implementação do plano ocorreu à queda na taxa de inflação e a redução da presença do Estado na economia.

**Palavras-chave:** Inflação; Políticas públicas; Plano Real.

### Abstract

This paper aims to define the concept of inflation, analyzing the causes of the increase in the inflationary process, as well as the public policies to combat inflation by the Real Plan. To do so, a survey of bibliography and specialized documentary review will be done, showing the relationship between inequality and inflation. After decades of living with the problem of inflation, the Real Plan was drawn up, which together with a series of public policies succeeded in solving the problems related to high inflation rates. It is concluded that with the implementation of the plan, the fall in the inflation rate and the reduction of the State's presence in the economy occurred.

**Keywords:** Inflation; Public policy; Real Plan.

### Considerações iniciais

Durante muitos anos o Brasil viveu um período de hiperinflação. Entre julho de 1974 e o início das medidas do Plano Real, em 1984, o índice geral de preços sofreu um aumento de 101.240.982.237.321%, de acordo com a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Durante a década, a inflação anual média foi de 278%, segundo dados do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDS). Uma das causas desse problema foi o excesso de demanda associada à produção de bens e serviços, dentre outros inúmeros fatos que levaram a um aumento da inflação.

A metodologia empregada na condução do presente parte do método dedutivo, auxiliado de revisão bibliográfica sobre o formato sistemático e pesquisa empírica. Nesse sentido, em um primeiro momento, a pesquisa pauta-se no levantamento de bibliografia e revisão documental especializada, apresentando o conceito de inflação, analisando as causas do aumento do processo inflacionário, bem como as políticas públicas de combate à inflação pelo Plano Real.

A hiperinflação trouxe graves consequências para economia e para o dia a dia da população, como por exemplo, a alta no preço dos produtos básicos, como alimentação, vestuário e móveis e, conseqüentemente, uma diminuição do poder de compra. A falta de produtos nos supermercados, filas e racionamentos eram comuns na época. A inflação pode ser causada por diversos fatores, dentre eles o excesso de demanda agregada em relação à produção de bens e serviços.

Após o ano de 1994, com a implementação das etapas do Plano Real, o Brasil teve finalmente uma redução no índice inflacionário e, por conseguinte, obteve a estabilização de preços. É importante discutir sobre algumas das causas do aumento da inflação e seus resultados, além dos objetivos e efeitos do Plano Real. A busca por artigos e textos na internet foi essencial para elaboração desse artigo, como também a utilização de livros de Economia, que forneceram uma base para abordagem das políticas públicas de combate a inflação no Plano Real.

### **1. A inflação e suas causas**

A moeda é uma das principais causas da inflação, não a moeda propriamente, mas o aumento da quantidade de moeda produzida, sem levar em conta a economia do país e o aumento da produção. Para Fontes, Amorim e Santos (2010) há vários fatores que limitam a produção, tais como, a disponibilidade de recursos naturais e humanos, limites do orçamento e outros. A produção depende dos fatores terra, capital e trabalho.

Geralmente o crescimento da economia de um país é de 0 a 10% ao ano. Quando a moeda não possui limites de crescimento, gera a hiperinflação, que corresponde a taxas

de inflação elevadas. Segundo Fontes, Amorim e Santos (2010) a emissão de papel moeda e a hiperinflação eram decorrentes de revoluções e guerras. Posteriormente, em países como Brasil, Bolívia, Argentina e Israel essa associação deixou de existir. Hoje em dia há um crescimento monetário descomunal por conta dos elevados gastos do governo, não compensado por um aumento proporcional nos impostos. Quando há uma elevação dos impostos ou um endividamento do setor público junto ao setor privado, não há aumento da inflação. Porém, como o aumento na tributação é insociável, o governo financia seus gastos através da emissão de moeda. Os empréstimos contraídos pelo governo também não são a melhor saída, pois elevam o valor da dívida pública.

Uma das principais consequências da inflação é a diminuição do poder aquisitivo da população, pois os salários são corroídos pela mesma. Outro ponto importante é que com o aumento na inflação há também, um aumento na desigualdade. No Brasil, de acordo com Fontes, Amorim e Santos (2010), a distribuição de renda piorou muito nas décadas de 80 e 90.

Para Giambiagi e Moreira (2010), as decisões tomadas pelos governos anteriores à década de 80, principalmente com relação ao processo de industrialização, foram responsáveis pela estagnação econômica e a pela hiperinflação posterior, asseverada a seguir:

A década de 80 foi marcada pela estagnação do nível de atividade, por profundos desequilíbrios macroeconômicos e, em especial, pela hiperinflação virtual. No período 1980-1993, a taxa de crescimento média da economia brasileira foi muito baixa, de apenas 2,1% a.a., fazendo com que o país registrasse uma estagnação do PIB per capita entre 1980 e 1993. O crescimento do produto foi também muito irregular, alternando anos de grande expansão com outros de significativo declínio. A indústria, principal locomotiva do crescimento econômico desde o governo JK, foi particularmente atingida e sua participação no PIB diminuiu de 33,7% em 1980 para 29,1% em 1993 (PINHEIRO, 1996 *apud* GIAMBIAGI e MOREIRA, 2010, p. 14).

Uma definição clássica de inflação é o aumento constante e difuso no índice geral de preços. Os índices inflacionários equivalem a uma série de elevações nos preços dos bens produzidos pela economia de um determinado país, já o problema inflacionário se caracteriza por uma elevação contínua dos preços em um espaço de tempo e não uma mera elevação esporádica. Dado que a inflação é uma elevação dos preços monetários, ela justifica a depreciação do valor da moeda pelo fenômeno inflacionário. Como principais

causas do aumento da inflação, pode-se citar o desequilíbrio financeiro do setor público, a inflação de demanda e a inflação de custos (LUQUE; VASCONCELLOS, 1998, p. 315).

A inflação por desequilíbrio financeiro ou orçamentário do setor público se caracteriza por conduzir “a uma elevação do estoque de moeda em taxas acima do crescimento do produto” (LUQUE; VASCONCELLOS, 1998, p. 315). Pode-se representar esse tipo de inflação como consequência de uma divergência entre o setor público e o privado pela competição pelo produto. O setor público deve reduzir seus gastos e evitar o aumento de moeda para resolver esse problema. Segundo Luque e Vasconcellos (1998):

Entretanto, o processo inflacionário pode resultar de outros tipos de conflito distributivo. Um que nos parece especialmente importante, especialmente para o caso da economia brasileira, refere-se às relações entre salários e preços. Neste caso, o problema estaria centrado numa disputa pelo produto entre trabalhadores e empresários que tornariam instáveis as relações entre salários e preços. Uma outra faceta ainda do processo inflacionário como representativo do conflito distributivo poderia ser a associação da economia nacional com a internacional. No caso dos choques externos, o que ocorre é um conflito distributivo desta natureza que também pode dar origem a um processo inflacionário (LUQUE; VASCONCELLOS, 1998, p. 316).

De acordo com Luque e Vasconcellos (1998), a inflação de demanda ocorre quando há um excesso ou acúmulo de demanda agregada, com relação à produção disponível de demanda agregada e com relação à produção disponível de bens e serviços. A inflação de demanda ocorre com mais frequência quando a economia de um país estiver próxima ao pleno emprego de recursos. Nos casos de desemprego em larga escala um aumento na demanda agregada corresponde a um aumento na produção agregada de bens e serviços. Segundo os autores:

Como esse tipo de inflação está associado ao excesso de demanda agregada, e tendo em vista que, a curto prazo, a demanda é mais sensível a alterações de política econômica que a oferta agregada (cujos ajustes normalmente se dão a prazos relativamente longos), a política preconizada para combatê-la assenta-se em instrumentos que provoquem uma redução da procura agregada por bens e serviços. O governo pode agir tanto direta como indiretamente para reduzir o processo de inflação de demanda. A atuação direta dá-se pela redução dos próprios gastos do governo. Evidentemente, a redução dos gastos do principal comprador de bens e serviços tem um efeito imediato e eficaz sobre a demanda agregada. A atuação indireta do governo ocorre por meio de políticas que desencorajam o consumo e o investimento privado.

Por exemplo, pode implementar uma política monetária que procure restringir a quantidade de moeda e de crédito, ou então uma política fiscal que provoque um aumento da carga tributária, tanto sobre bens de consumo como sobre bens de capital (LUQUE; VASCONCELLOS, 1998, p. 318).

Já a inflação de custos, conforme Luque e Vasconcellos (1998), é uma inflação que se refere à questão da oferta, quando nível de demanda mantém-se a mesma e os custos de certos insumos crescem e são repassados aos preços dos produtos.

## **2. O aumento da inflação e suas consequências**

Economicamente, a inflação é compreendida como um processo de crescimento monetário econômico de um Estado no que se refere ao aumento quantitativo da moeda que circula no sistema financeiro, o que por consequência ocasiona um aumento desenfreado do índice geral de preços. As decisões políticas dos países têm forte influência quanto às taxas inflacionárias. Porém, não é apenas esse fator que influencia as taxas inflacionárias, pois existem várias outras causas do aumento da inflação (RIBEIRO, 2017, s. p.).

A hiperinflação é um problema muito sério para a economia de um país. Os mais afetados sentem mais os efeitos da inflação alta, os mais pobres, pois esses “não conseguem investir o dinheiro em aplicações que lhes garantam a correção inflacionária” que diminuiria os efeitos da inflação sob a renda (RIBEIRO, 2017, s. p.). O descontrole das taxas inflacionárias pode acarretar vários problemas para a economia de um país, como a “perda do poder de compra do dinheiro; aumento do desemprego; instabilidade da moeda; preços de produtos em colapso; entre diversas outras disfunções” (RIBEIRO, 2017, s. p.). A hiperinflação é entendida como um processo impopular, na medida em que os produtos adquiridos pela população se tornam cada vez mais caros, e a impopularidade persiste ainda que a renda média da população aumente proporcionalmente aos preços. Um exemplo de como a inflação está relacionada ao problema econômico foi a crise do petróleo na década de 60 (RIBEIRO, 2017, s. p.). Ainda, segundo o autor, são consequências da hiperinflação:

- na distribuição de renda: os assalariados não têm a mesma capacidade de repassar os aumentos de seus custos, como fazem empresários e governos, ficando seus orçamentos cada vez mais reduzidos até a chegada do reajuste (quando o salário se reajusta, os trabalhadores muitas vezes

não ganham aumento real, pois como os preços sobem de uma maneira geral, a nova remuneração não representa mais poder de compra para os trabalhadores);

- na balança de pagamentos: inflação interna maior que a externa causa encarecimento do produto nacional com relação ao importado o que provoca aumento nas importações e redução nas exportações;
- na formação de expectativas: diante da imprevisibilidade da economia, o empresariado tende a reduzir seus investimentos;
- no mercado de capitais: causa descontrole na compra e venda de ações, e causa migração de aplicações monetárias para aplicações em bens de raiz (terra, imóveis);
- e na ilusão monetária: interpretação errada da relação de ajuste do salário nominal com o salário real, que gera percepção de maior renda e consequentemente decisões equivocadas; as pessoas, julgando-se mais ricas, demandam mais bens e serviços e, com oferta a pleno emprego, ocasiona inflação (RIBEIRO, 2017, s. p.).

Além desses, outros efeitos são ocasionados por conta da política econômica e monetária, desempenhando um papel importantíssimo para o “controle através da determinação da taxa de juros básica da inflação” (RIBEIRO, 2017, s. p.). Às vezes, o aumento da inflação é uma estratégia política e, o aumento das taxas inflacionárias pode levar à troca de governantes, sobretudo, por conta dos impactos econômicos e do desemprego.

Com o aumento da inflação, a moeda perde valor com o decorrer do tempo e os trabalhadores, que não têm seus salários reajustados constantemente, perdem o poder de compra que possuíam. O preço das mercadorias sofre aumentos constantes e repentinos. Outro problema é a desvalorização da moeda de um país, “se este país com inflação elevada é muito dependente de importações, os produtos importados aumentam de preço, fato que alimenta ainda mais a alta da inflação” (ZERO, 2012, s. p.). Os países que não implementam políticas sérias e não alcançam o controle das taxas inflacionárias são acometidos pelas altas taxas de desemprego em decorrência da diminuição de investimentos em geral.

Na relação entre desemprego e salários, a regra é de que quanto maior o número de desempregados, menor é o salário. “Em relação à taxa de inflação e à taxa de inflação esperada, obtêm-se a relação de que um aumento da inflação esperada leva a um aumento da inflação efetiva” (RIBEIRO, 2017, s. p.). Um aumento previsto do índice geral de preços ocasiona um aumento do índice de preços efetivo, ainda de acordo com o autor:

Se os fixadores de salários esperam um nível de preço mais alto, fixam um salário nominal mais alto, o que leva a um aumento no nível de preços.

Uma maior taxa de aumento de nível de preços em um determinado período implica uma inflação mais alta. Um aumento no nível de preços esperado gera uma inflação esperada mais alta. Então um aumento da inflação esperada leva a um aumento da inflação (RIBEIRO, 2017, s. p.).

A influência do mercado muda conforme diferentes contextos. Quando o número de desempregados é baixo, as empresas encontram dificuldades para conseguir trabalhadores para o serviço que demandam e os salários conseqüentemente são altos. Quando as taxas de desemprego são altas, os empregos “somem” e as empresas conseguem contratar pessoas para as atividades que demandarem, ainda que por baixos salários (DORNBUSH; FISCHER, 2006, s. p., *apud*, RIBEIRO, 2017, s. p.).

### **3. O Plano Real e o combate à hiperinflação**

A política de combate à inflação, denominada de Plano Real, teve início e aplicabilidade no governo de Itamar Franco, sendo o décimo terceiro plano posto em ação para tentar estabilizar a economia desde o segundo choque do petróleo em 1979. Seu marco foi no dia 30 de junho de 1994 e tinha como primordial propósito a diminuição e o equilíbrio da inflação. Pode-se dizer que o Plano Real, como política pública, foi um programa de estabilização da economia brasileira, estabelecendo o real como moeda oficial do país no esforço para controlar a hiperinflação e equilibrar a economia brasileira (PEREIRA, 1994, p. 129).

Oficialmente, conforme preleciona Dantas e Cerqueira (2014), este plano só teria início em julho de 1993, após uma série de políticas que visavam combater a inflação falharem, que foram os Planos Cruzado, Verão, Bresser, Collor I e Collor II. Os responsáveis pelo Plano Real eram membros de um grupo de notáveis economistas, chefiado então pelo Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. O programa foi estruturado em três fases: o Programa de Ação Imediata (PAI), a criação da Unidade Real de Valor (URV) e a implementação do real como nova unidade monetária nacional.

A princípio, o propósito era preparar o país para a entrada de uma nova moeda. Para tanto, segundo Dantas e Cerqueira (2014), foi necessário uma prévia de medidas econômicas com ações que faziam parte do PAI. Ou seja, cortes de gastos públicos foram feitos, como também, combater a evasão fiscal, promover ajustes nos bancos estaduais, realizar privatizações e outras medidas. Já, na segunda fase desse plano, com a criação da URV, deu-se início à eliminação do índice econômico. Esse período estabeleceu uma série

de ajustes e reajustes de valores monetários anualizados, impedindo a frequente remarcação de preços em intervalos de tempo muito pequenos. A mesma funcionou como moeda de transição entre o cruzeiro real e o real. Segundo Grasel (2005):

A implantação de uma nova moeda sempre gera uma grave distorção nos preços relativos, tendo em vista que especialmente numa inflação elevada os preços não são remarcados no mesmo período, gerando, assim, situações em que empresas que remarcaram os preços poucos dias antes do plano, estariam em condições extremamente vantajosas, se comparadas com aquelas que planejavam remarcar os preços nos dias seguintes ao plano. Sendo assim, antes de implementar uma nova moeda, era necessário reorganizar os preços relativos, o que não poderia ser feito sem critérios e sem acompanhamento. A URV (Unidade de Referência de Valor) tinha esse objetivo e, portanto, estabeleceu as condições para a implantação da nova moeda, com preços relativos ajustados, impedindo constatações de aumentos nos preços imediatamente após a implantação da nova moeda. Esse processo era fundamental, considerando que seria impossível estabelecer a confiança na nova moeda, se essa, já no seu lançamento, perdesse seu poder de compra (GRASEL, 2005, p. 4).

Finalmente, no dia 30 de junho de 1994 foi lançada oficialmente a décima moeda brasileira, o real, que continua sendo a moeda utilizada até os dias atuais. A partir da ocasião, a inflação teve uma queda acentuada. Durante as décadas de 80 e 90 o Brasil sofreu com as altas taxas inflacionárias, a hiperinflação, devido ao endividamento externo, ao descontrole de gastos e a desaceleração da economia. A partir de 1994 ocorreu acentuada queda na inflação. A falta de controle da inflação ocasionou problemas diários para a população brasileira e na economia como um todo. Além da alta dos preços de todos os produtos, os salários não eram reajustados conforme índice inflacionário, causando perda do poder de compra. O grande desafio das políticas públicas do governo era adotar medidas de controle de preços, acabar com o racionamento e retomar o crescimento econômico do país.

#### **4. A relação existente entre a desigualdade e a inflação**

Quando se discute as consequências do processo de hiperinflação um dos pontos que mais chama atenção é o aumento do nível de preços dos produtos em geral, o chamado “imposto inflacionário”, afetando diretamente e mais intensamente os mais pobres. O efeito tem origem no “acesso diferenciado a ativos financeiros indexados” entre



a população pobre e rica. Assim, os mais ricos são menos afetados pelo aumento vertiginoso da inflação, enquanto

os mais pobres sofrem diretamente com os efeitos da hiperinflação. Dessa forma, o aumento da inflação contribui diretamente para o aumento da desigualdade socioeconômica (RODRIGUES; SABBADINI, 2010, p. 2).

Para Correia (2009), os baixos índices inflacionários são uma “política social” de grande eficácia e comum entre os países que atingiram um maior grau de desenvolvimento. Quando se compara a taxa de inflação média dos anos 80, com a mesma taxa na última década, verifica-se que a inflação caiu em média 10 pontos na economia. Tal diminuição significa a passagem de um período de inflação elevada para um de inflação baixa, em que:

Existe uma forte relação entre inflação e desigualdade, mesmo quando a mudança da taxa de inflação, e da taxa de imposto de inflação associada, não é acompanhada por uma diminuição do montante de gastos públicos a financiar. Quando a perda de receitas da tributação da moeda é substituída por receitas de outros impostos, o imposto específico que é utilizado pode condicionar o efeito sobre a distribuição de bem-estar devida à nova política com menor inflação (CORREIA, 2009, p. 173).

É fato que uma diminuição das taxas inflacionárias leva a uma melhoria de bem estar da população mais pobre, bem como promove a equidade. Portanto, as famílias de baixa renda têm uma melhoria de vida com a queda da inflação (CORREIA, 2009, p. 184). Em curto prazo, determinadas políticas de austeridade que objetivem diminuir a inflação têm três principais efeitos: a queda da inflação, o aumento do desemprego e o aumento das taxas de juros. O aumento do desemprego e das taxas de juros são fatores que levam a um aumento da desigualdade. Em curto prazo, a inflação está “negativamente relacionada com desigualdade através do produto nacional” (BARBOZA, 2008, p. 10-11). De acordo com Barboza (2008):

Um ajuste monetário, ao elevar a taxa de juros, pode novamente prejudicar mais as pessoas de baixa renda, pois como no curto prazo as expectativas de inflação são dadas, ocorrerá um aumento da taxa de juros real piorando a situação dos devedores e melhorando a dos credores. Como é mais provável que os pobres e não os ricos sejam liquidamente devedores, podemos ter outro

efeito negativo sobre a distribuição de renda (BARBOZA, 2008, p. 11).

Uma vez controlada a inflação é freada a perda do poder de compra dos salários que são corroídos pela mesma. Como aqueles que são mais pobres dependem exclusivamente de seus salários, ao contrário dos mais ricos “que possuem comparativamente mais retornos ligados a rendimentos de capital ou fontes indexadas”, esses acabam se beneficiando com tal efeito, pois se percebe uma queda na desigualdade de renda (BARBOZA, 2008, p. 11).

A hiperinflação ocasiona vários problemas, dentre eles o aumento da desigualdade, pois a parcela mais rica da população acessa “o sistema financeiro” e aplica seus recursos, o que de certa forma configura uma defesa contra a corrosão do poder de compra. A parcela mais pobre não tem acesso ao sistema financeiro, portanto não possui tal proteção. Além disso, “a inflação encurta o horizonte de tempo da economia, trazendo-a só ao curto prazo e desestimulando investimentos” (TERRA, 2015, s. p.).

### **Considerações finais**

O problema da inflação tem origem em diversas causas, desde a falta de controle organização do governo com suas contas até os problemas da oferta e demanda no mercado, e suas consequências são sentidas no dia a dia da população, especialmente sobre aqueles mais pobres.

Após uma série de planos econômicos, Fernando Henrique Cardoso e sua equipe econômica colocaram em prática o Plano Real, tão bem sucedido que derrubou a inflação de 46,58% ao mês, em maio de 1994, para 1,51% em setembro de 1994. O Plano Real, enquanto política pública, foi responsável pela recuperação econômica do Brasil, por uma acentuada queda na pobreza e pelo aumento do crescimento econômico nos anos seguintes. Existe uma estrita relação entre o aumento da inflação e o aumento da desigualdade, uma vez que combater a inflação é de suma importância para que se possa diminuir a desigualdade existente.

### **Referências**

BARBOZA, André Luiz Medrado. **A relação entre inflação e distribuição de renda.** USP, 2008. Disponível em:<file:///C:/Users/W7/Downloads/AndreLuizMedrado.pdf>. Acesso em 21 de mar. 2019.

CORREIA, Isabel H. **Inflação e Desigualdade**. Boletim Econômico, 2009. Disponível em: <[https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/papers/ab200909\\_p.pdf](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/papers/ab200909_p.pdf)>. Acesso em 21 de mar. 2019.

DANTAS, Alexis; CERQUEIRA, Luis Fernando. **Plano Real: Auge e Declínio de uma Política Econômica – Uma Revisão**. UFF: Texto para Discussão, 300. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <[http://www.uff.br/econ/download/tds/UFF\\_TD300.pdf](http://www.uff.br/econ/download/tds/UFF_TD300.pdf)> Acesso em: 15/04/2017.

FILHO, José da Silveira. **A inflação no Brasil: os anos tenebrosos de 1974 a 1994**. 2010. Disponível em: <<https://www.google.com.br/search?q=A+infla%C3%A7%C3%A3o+no+Brasil+os+anos+tenerbros+jos%C3%A9+filho&aq=chrome..69i57j69i64l2.11421j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8#q=A+infla%C3%A7%C3%A3o+no+Brasil+os+anos+tenebroso+jos%C3%A9+filho>> Acesso em 30 de junho de 2017.

FONTES, Rosa; RIBEIRO, Hilton; AMORIM, Airton; SANTOS, Gilnei. **Economia: Um Enfoque Básico e Simplificado**. 1ª edição. São Paulo: Atlas, 2010.

GIAMBIAGI, Fábio; MOREIRA, Mauricio Mesquita (Org.). **A economia brasileira nos anos 90**. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. 1ª edição. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <[https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/2972/1/1999\\_A%20economia%20brasileira%20nos%20anos%2090\\_P.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/2972/1/1999_A%20economia%20brasileira%20nos%20anos%2090_P.pdf)>. Acesso em: 15/04/2017.

GRASEL, Dirceu. **Brasil: O Plano Real e a estabilização econômica inacabada**. Unioeste, 2005. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/225/158> Acesso em: 02 de julho de 2017.

LUQUE, Carlos; VASCONCELLOS, Marco. **Considerações sobre o problema da inflação**. USP, 1998. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1319526/mod\\_resource/content/1/infla%C3%A7%C3%A3o%20Luque%20%20Vasconcellos.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1319526/mod_resource/content/1/infla%C3%A7%C3%A3o%20Luque%20%20Vasconcellos.pdf)> Acesso em 28 de junho de 2017.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **A economia e a política do Plano Real**. Revista de Economia Política, 1994. Disponível em: <http://www.rep.org.br/pdf/56-10.pdf> . Acesso em 02 de julho de 2017.

PORTAL EDUCAÇÃO. **Consequências da inflação**. Portal da Educação, 2013. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/administracao/consequencias-da-inflacao/29495>>. Acesso em 30 de junho de 2017.

RIBEIRO, Viviane Morais. **A inflação e seus efeitos na renda da população.**

Webartigos, 2017. Disponível em:<<https://www.webartigos.com/artigos/a-inflacao-e-seus-efeitos-na-renda-da-populacao/95969>>. Acesso em 17 mar. 2019.

RODRIGUES, Mauro; SABBADINI, Ricardo. **Impactos da inflação sobre a desigualdade de renda.**

USP, 2010. Disponível em:<<https://core.ac.uk/download/pdf/6338341.pdf>>. Acesso em 21 de mar. 2019.

SILVA, César Roberto Leite da. **Economia e mercados:** introdução à economia. São Paulo: Saraiva, 18.ed. 2001. Disponível em:

<<http://www.educafinanceira.com.br/index.php/a-inflacao-e-suas-consequencias/>>. Acesso em 30 de junho de 2017.

TERRA, Fabio. **Inflação agrava desigualdade:** Banco Central precisa se antecipar. Folha de S. Paulo, 2015. Disponível em:<

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/11/1703373-inflacao-agrava-desigualdade-banco-central-precisa-se-antecipar.shtml>>. Acesso em 21 de mar. 2019.

ZERO, Arethuza Helena. **A inflação e suas consequências.** Educa Financeira,

2012. Disponível em:<[http://www.educafinanceira.com.br/a-inflacao-e-suas-consequencias/?doing\\_wp\\_cron=1552751331.8553879261016845703125](http://www.educafinanceira.com.br/a-inflacao-e-suas-consequencias/?doing_wp_cron=1552751331.8553879261016845703125)>. Acesso em 17 mar. 2019.